

DO GOLPE DE 2016 AO BONAPARTISMO

Everaldo de Oliveira ANDRADE¹

■ **RESUMO:** Tendo como ponto de partida o *impeachment* de 2016, o artigo discute perspectivas e elementos anunciados para o futuro governo de Jair Bolsonaro, caracterizando-os a partir da ideia de bonapartismo. Faz essa discussão tendo como pano de fundo as transformações em curso na economia mundial em contexto de crise estrutural, bem como apontando as limitações do “reformismo fraco” como política de governo. Também ressalta a importância da retomada da democracia plena, o que requer a superação do bonapartismo e da ameaça fascista, por meio da construção de novas instituições democráticas e da mobilização popular.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Bonapartismo. Golpe. Brasil. Capital Financeiro.

Os fundamentos da crise estrutural

O processo que levou ao *impeachment* de 2016, considerado por muitos um golpe parlamentar, não está consolidado em um novo regime. É verdade que a dinâmica conservadora se reforçou com a eleição de Jair Bolsonaro e com o “projeto” de destruir as conquistas sociais e os direitos democráticos conquistados nas últimas décadas, pelo menos desde a promulgação da Constituição de 1988. Há inúmeras análises de caráter conjuntural e estrutural, nacionais ou internacionais, que buscam apresentar uma compreensão mais coesa e sólida dos fenômenos políticos que estão ocorrendo no Brasil e que levaram à eleição de Jair Bolsonaro. Em nenhuma delas é possível apanhar em toda a extensão e profundidade uma dinâmica em pleno movimento, aliás, errática e instável em sua coerência. Não basta buscar uma

¹ USP – Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. São Paulo – SP – Brasil. 05508-000. everaldoandrade@usp.br.

compreensão conjuntural e institucional ou somente nacional e particular para compreender o que está se passando. Pois, num certo sentido, todos esses aspectos se combinam.

O Brasil está plenamente inserido no conjunto dos processos mundiais e do continente, nos quais se desenrola uma crise maior dos núcleos centrais da economia capitalista. As frágeis e limitadas iniciativas no sentido de afirmar a soberania nacional, tomadas pelos governos de Lula da Silva e de Dilma Rousseff, se confrontaram com o momento de incerteza e transição pelo qual passa o mercado mundial. As bolhas financeiras e as crises recorrentes que se multiplicam com violência, pelo menos desde 2008, estão longe de serem superadas e são a matriz da instabilidade que se espraia cada vez mais. No centro do capitalismo mundial é possível ver de que forma a imensa especulação financeira drena riquezas incomensuráveis². O próprio *The Wall Street Journal* de 11 de novembro de 2018 relata que a dívida pública dos Estados Unidos alcançou quase 16 trilhões de dólares, sendo que os juros podem atingir 13% do gasto público do país nos próximos anos. Essa massa crescente de capitais fictícios pressiona de maneira sistemática a economia produtiva real, na qual vivem e trabalham milhões de seres humanos de carne e osso. Outro aspecto desses mesmos fenômenos se explicita na uberização dos mercados de trabalho cada vez mais selvagemmente desregulamentados. A imensa dívida pública – que estimula e se alimenta de uma imensa economia fictícia, mas que segue baseada na extração real de mais-valia – está na base de uma ofensiva sem limites da dinâmica capitalista para eliminar quaisquer obstáculos, barreiras, normas e regras que impeçam a sua reprodução ampliada (MONTORO, 2014).

Torna-se, nesse sentido, cada vez mais intolerável para os grandes grupos econômicos, monopólios e bancos, que controlam trilhões de dólares, qualquer tentativa para limitar a sobrevivência de seus negócios. Os próprios EUA, confrontados diretamente com o controle do mercado mundial e com a instabilidade política, ameaçada pela concorrência cada vez maior da capacidade industrial chinesa, buscam novos meios e formas para manter sua hegemonia no mundo. Inclusive, desde a década de 1990, o fardo de garantir a ordem mundial passou a se concentrar cada vez mais na grande potência do norte. O longo período de

² Uma das experiências que demonstraram a monstruosidade desse novo cenário ocorreu na Grécia e esta em parte relatada em livro por Yanis Varoufakis (2016).

relativo compartilhamento do poder mundial com a URSS ruiu com o desmoronamento das antigas burocracias soviéticas. Essa situação nova, esse longo período de transição da ordem mundial, explica em grande parte porque as instituições internacionais criadas após a Segunda Guerra Mundial já não servem mais aos objetivos e responsabilidades que os Estados Unidos seguem querendo assumir. A política internacional de Donald Trump busca desembaraçá-los dessas antigas amarras, acordos e pactos que, do ponto de vista político, mas também econômico, têm limitado as possibilidades de recuperação do capitalismo mundial controlado por Washington. Para agirem livremente sem os limites que ainda são capazes de impor a instituições como a ONU e a OMC, por exemplo, é preciso dinamitá-las, desmoralizá-las, contorná-las da maneira que for possível.

Os embates pela sobrevivência da ordem capitalista estão também na base da crescente instabilidade mundial, que se revela no acirramento das contradições entre os Estados nacionais. As disputas com a China se desenvolvem nesse cenário. Os próprios Estados nacionais, tais como se configuravam até então, com seus conjuntos de normas e legislações, limites e proteções territoriais, obstaculizam a “liberdade dos mercados”. Se os grandes interesses econômicos dos estados capitalistas centrais e industrializados ainda possuem meios para defender, mesmo que parcialmente, seus mercados e empresas nacionais, os demais estados assistem quando muito ao ressurgimento de movimentos nacionalistas ideológicos e retóricos, incapazes de conter a crise da ordem capitalista mundial, muito pelo contrário. Essa é a razão pela qual o governo atual dos Estados Unidos não busca mais uma ordem mundial estável, mas alianças parciais e ocasionais e, principalmente, governos e estados tutelados e subordinados a seus interesses diretos. Os novos governos que se apropriam muitas vezes de retóricas discursivas nacionalistas, atualmente, são seus principais aliados. Através dos seus grandes trustes e monopólios, o capitalismo estadunidense busca tornar possível uma reapropriação mais direta das riquezas naturais e de mercados antes regulamentados.

Crise estrutural e poder político

Um segundo aspecto a se discutir para compreender a dinâmica que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff relaciona-se

com o vínculo entre a crise e a instabilidade da economia mundial e nacional, e as fragilidades e limites das disputas políticas nacionais. Muito se falou no Brasil em anos recentes acerca de um novo modelo econômico baseado em premissas desenvolvimentistas. De fato, houve um esforço dos governos petistas, especialmente de Dilma Rousseff, para implementar políticas econômicas nacionais embaladas no que se convencionou chamar de neodesenvolvimentismo. Essas iniciativas, embora não contestassem diretamente o regime político e a estrutura econômica em vigor, chocaram-se parcialmente com os objetivos da dinâmica capitalista global³. Da mesma forma que no plano internacional os Estados Unidos buscam explodir as instituições criadas após a Segunda Guerra para liberar plenamente a circulação de capitais, no plano interno do Brasil as instituições pactuadas após o fim da ditadura de 1964, ainda que mantendo alguns dos entulhos autoritários, combinados às conquistas sociais progressistas na Constituição de 1988, hoje não servem mais ou limitam interesses poderosos, cada vez mais submetidos à pressão competitiva mundial. A parcela da burguesia brasileira diretamente associada aos capitais internacionais busca ainda uma forma política adequada para seus novos propósitos e exigências de sobrevivência. O grande obstáculo, em particular desde 2003, foi o fato de o PT, ainda que carregando em seu interior um conjunto de contradições, afirmar-se simbolicamente como o elemento chave para agregar a resistência operária e popular de dezenas de milhões contra as pretensões de ajuste econômico impostas pela dinâmica de financeirização.

A experiência política dos governos federais do PT e a derrota imposta desde 2016 vêm provocando uma reflexão necessária e profunda sobre as estratégias e táticas imprescindíveis para defesa da democracia e dos direitos sociais (ANDRADE; CHAUVIN, 2018). Partido de origem e bases operárias, o PT conviveu ao longo de décadas com os impasses e limites de atuação dentro das estruturas do Estado e do regime político saído da constituição de 1988. Se de um lado o PT, mesmo que contraditoriamente, como fruto das lutas reivindicatórias desde sua criação, desenvolveu um profundo enraizamento no interior dos movimentos populares, de juventude e principalmente, no movimento sindical; de outro, tornou-se um espaço de adaptação e carreirismo de uma burocracia política e eleitoral voltada

³ Para um balanço das políticas econômicas dos governos Dilma Rousseff, ver Schincariol (2017).

para disputas no interior do Estado e de seus aparatos. Essa contradição se refletiu nos compromissos e alianças da cúpula dirigente com setores das elites empresariais brasileiras no mal chamado “neodesenvolvimentismo” e no “presidencialismo de coalizão”, em choques frequentes com as expectativas e mobilizações de sua imensa base social de trabalhadores da cidade e do campo.

O projeto proposto e implementado pela direção majoritária do PT tornou-se arriscado para o arranjo dominante não pelo seu conteúdo, que reconhecidamente beneficiou e ampliou a acumulação de capital, mas pelo fato de não prescindir da base de massas que obrigava o partido a fazer concessões, num contexto agravado pela crise mundial do capitalismo a partir de 2007, como destacamos no início. A margem de manobra, que permitiu o que alguns intelectuais chamaram de “reformismo fraco” e outros de “neodesenvolvimentismo”, estava aparentemente se esgotando. Diante da decisão de adaptar-se ainda mais à agenda liberal ou de aprofundar o reformismo e fazê-lo avançar no sentido de rupturas mais radicais no terreno político e econômico, a cúpula dirigente seguiu apostando na busca de entendimentos com os adversários da imensa base social petista. Tal caminho teve alguns ganhos, mas também gerou custos políticos crescentes, que foram se avolumando. Ainda assim, o PT conseguiu obter mais uma oportunidade, em 2014. Diga-se de passagem que essas suas características não correspondem a um modelo ideal de partido de esquerda; mas, pelo contrário, são fruto da experiência histórica das lutas sociais concretas. Do mesmo modo, resultam também da especificidade do processo de formação do Estado e do tipo de dinâmica capitalista que se desenvolveu no país.

O texto de André Singer (2015), “Cutucando onças com varas curtas”, buscou apontar que a política estatal do governo Dilma teria fraturado a chamada “coalizão produtivista” e afastado camadas de empresários da aliança, sem que houvesse qualquer mobilização dos trabalhadores para respaldar essa política. A leitura de Singer considera que, entre 2011 e 2012, “[...] em iniciativa de audácia inesperada, os desenvolvimentistas invadiram a cidadela sagrada das decisões monetárias e avançaram aos saltos, pressionando as instituições privadas para reduzirem os próprios ganhos” (SINGER, 2015, p. 40). Esse período terminaria em 2013, quando o Banco Central voltou a elevar a taxa de juros. Teria havido então uma reversão

neoliberal, não explicada em seus motivos imediatos, e que conseguiria adesões entre setores do empresariado, na classe média tradicional e mesmo em parcelas da chamada “nova classe trabalhadora”. Singer se propunha a investigar os fatores políticos que teriam influenciado a derrota da chamada “nova matriz econômica”. Essa nova matriz econômica, termo forjado pelo ex-ministro Guido Mantega, seria uma tentativa do governo Dilma Rousseff de manter e sustentar um ritmo de crescimento capaz de enfrentar uma segunda onda de crise a partir de 2012, e estaria baseada na redução dos juros, no uso intensivo do BNDES para financiamento de investimentos, numa aposta na industrialização do país, em amplas desonerações fiscais, num plano para infraestrutura, na reforma do sistema elétrico para baratear energia, na desvalorização do real para favorecer a indústria nacional, no controle do fluxo de capitais externos e na proteção aos produtos nacionais com o programa de compras governamentais (SINGER, 2015, p. 43-45).

Assim, a política econômica do governo Dilma teria posto em xeque “o pacto conservador lulista”, enfrentando “o núcleo duro do capital” (SINGER, 2015, p. 47). Para explicar o fracasso dessa política, Singer sugere que o Banco Central, refletindo pressões do mercado, teria redirecionado de forma autônoma a política do governo. Em suas palavras, “poderosas correntes submersas tinham reordenado forças invisíveis” (SINGER, 2015, p. 50). Como isso seria possível sem conhecimento ou adesão do núcleo dirigente petista, aliás, em aberta contradição com sua base social?

Seguimos com Singer quando afirma que uma guerra ideológica e midiática, estimulada por um “cerco rentista”, seria desencadeada entre o final de 2012 e principalmente em 2013 para sepultar o projeto de desenvolvimento de Dilma e Mantega. Mas de fato, houve uma ruptura com a política de ajuste econômico? E o que era afinal o projeto desenvolvimentista? Na campanha eleitoral de 2014, Dilma Rousseff novamente flerta com a base social petista e sugere que vai se contrapor às propostas neoliberais do PSDB. Porém, no contexto das mobilizações de 2013, a presidente já reagira, afirmando a pauta liberal da chamada “responsabilidade fiscal”, o que na prática significava assumir os planos de ajuste estrutural estimulados pelo capital financeiro. Ganhas as eleições, muitos irão se surpreender com a continuidade da política de ajuste expressa de maneira

inequívoca com a nomeação de Joaquim Levy, homem do mercado e colaborador do PSDB, para Ministro da Fazenda.

André Singer sustenta a hipótese de que, durante os governos petistas, se contrapuseram duas coalizões, denominadas por ele como rentista e produtivista, e que o governo Lula teria se apoiado no subproletariado para arbitrar acordos entre as duas frações burguesas. Enquanto os rentistas estariam aliados ao neoliberalismo e ao grande capital internacional, os produtivistas buscariam acelerar o crescimento e a industrialização através da intervenção do Estado. Na verdade, o setor “produtivista” era expressivo da política de colaboração entre as cúpulas sindicais da CUT e da Força Sindical com a FIESP, cuja expressão mais clara foi o texto “Brasil do diálogo, da produção e do emprego”, do começo de 2011 e que teria seu desdobramento no chamado “Plano Brasil Maior”, lançado pelo governo Dilma em agosto de 2011.

No entanto, essa aposta da cúpula petista em uma fração progressista e industrialista da burguesia brasileira rapidamente se desfez. A própria crise econômica mostraria a impossibilidade de um pacto que articulasse setores da burguesia industrial com os trabalhadores contra a lógica rentista. Singer afirma que “[...] no segundo semestre de 2013 percebe-se a formação de uma frente única burguesa em oposição ao desenvolvimentismo” (SINGER, 2015, p. 56). A tese de Singer é a de que a presidente Dilma Rousseff, para efetivar sua política desenvolvimentista, teria preferido realizar uma recomposição com a burguesia industrial, em vez de mobilizar a classe trabalhadora que votara nela. Aqui cabe fazer algumas perguntas: a burguesia estaria de fato dividida? Teria havido realmente uma política desenvolvimentista? E mais, a crítica de Singer não estaria preservando a direção petista, ao colocar sobre Dilma a responsabilidade pela condução geral das políticas de governo?

Por que a burguesia industrial se afastou da base de apoio de Dilma? Singer lista seis teses explicativas: a primeira é a de que o setor produtivo estaria já em grande parte sob o controle financeiro dos bancos, corroborando o que é apontado pela tradição marxista pelo menos desde o início do século XX. Uma segunda tese sustenta que o pleno emprego fortaleceu os sindicatos, mas incomodou os empresários. Uma terceira tese afirma que historicamente a burguesia se afasta do Estado quando ocorrem políticas de pleno emprego e aumento da renda. Uma

quarta explicação enfatiza o poder da propaganda e da ideologia nas críticas ao chamado ensaio desenvolvimentista, como na ofensiva midiática de 2012-2013. A quinta explicação destaca que a mudança da correlação de forças no plano internacional pressionara a política econômica brasileira, com a retração do mercado chinês e o aumento da especulação e movimento de capitais produtivos dentro do país. E, por fim, a perspectiva de que Dilma teria aberto excessivas frentes de luta política que contrariaram interesses empresariais e aproximaram os produtivistas dos rentistas isolando a base de apoio do governo (SINGER, 2015, p. 63). Essa tese afirma que foi um erro tático que fez fracassar a política do governo Dilma e defende a viabilidade de uma coalizão ou pacto desenvolvimentista com empresários que seriam supostamente produtivistas:

[...] sustentar a ofensiva demandaria sólida aliança interclassista e/ ou intensa mobilização dos trabalhadores para conter a volta do Cipó de Aroeira [...] Enquanto pelo alto Dilma e Mantega realizavam o programa de redução de juros [...] no chão social e político o vínculo entre industriais e trabalhadores se dissolvia, e os empresários se unificavam contra o intervencionismo (SINGER, 2015, p. 65).

Em relação às polêmicas a respeito das alianças de classes, as posições de Armando Boito (2012) diferem em parte daquelas de André Singer ao colocar ênfase no caráter nacional ou internacional para se compreender as divisões das frações burguesas. Boito afirma haver uma burguesia interna que busca a ação protetora do Estado brasileiro, inclusive separando bancos e indústrias nacionais e internacionais. Para ele portanto, a burguesia interna rentista ou produtivista buscaria proteção do Estado. Essa perspectiva se refletiria nas coligações políticas internas. A grande burguesia interna estaria aliada ao movimento sindical e popular em contraposição ao capital estrangeiro aliado ao capital financeiro internacional. Essa parcela do empresariado seria o setor hegemônico dentro do bloco de poder lulista (BOITO Jr, 2012).

Outro crítico à esquerda das políticas dos governos petistas, e do período Lula em particular, é Rudá Ricci (2013). Para o autor, o chamado “lulismo” seria uma forma ou estrutura que permitiria um modelo de gestão e de organização social baseado na chamada regulação fordista, atualizando práticas e estruturas patrimonialistas:

[...] movimentos sociais, sindicatos e organizações não governamentais foram paulatinamente convergindo e se submetendo ao estatal desenvolvimentismo na lógica fordista. Por ser tardio, o fordismo brasileiro é incompleto e inacabado. Não se assenta em bases sólidas de industrialização acelerada... constrói uma ponte entre o velho clientelismo e um arranjo deles que moderniza de maneira muito particular o Estado [...] (RICCI, 2013, p. 189-190).

Ricci parece não apenas justificar a existência de um novo projeto econômico de tipo desenvolvimentista sob a chamada “lógica fordista”, mas, em certa medida, dissolve ou dilui o papel da luta ideológica, o papel do discurso da grande mídia comercial alinhada aos interesses empresariais, das narrativas conservadoras de controle das massas populares, o papel das igrejas como instrumentos de controle social e doutrinação conservadora dos costumes, da luta política enfim, como se valores conservadores e mesmo individualistas não fossem objeto de disputa política, ideológica e teórica:

[...] o fordismo tardio brasileiro é, portanto, uma formulação original, assentada numa sociedade civil pulverizada em múltiplos interesses comunitários e familiares... A nova classe C, que efetivamente não é uma classe, mas, a melhoria de renda das classes trabalhadoras, resultado da inclusão pelo consumo, alimentou o ideário justamente oposto: a crença no esforço pessoal, no consumo de produtos sofisticados como demonstração de sucesso, na gratidão à família e núcleo de relacionamento íntimo [...] no pragmatismo e cinismo político, na desconfiança da política como espaço de profissionais da artimanha e não da representação social [...] os emergentes do consumo de massas são conservadores [...] (RICCI, 2013, p. 191).

Mais uma vez nos perguntamos se esse conservadorismo seria realmente sólido o suficiente para dissolver uma consciência de classe mais profunda? Porque o mesmo autor, minimizando as opiniões das classes populares sobre os sindicatos, não destaca o que ele mesmo valoriza a partir de pesquisas de opinião colhidas, em 2010: que 53% dos trabalhadores com até dois salários-mínimos afirmavam que os sindicatos eram importantes para defender os seus interesses; índice que vai justamente decaindo conforme aumenta a renda. Ricci prefere enfatizar que quase a metade, ou 46% dos entrevistados em geral, vê o sindicato apenas como espaço para se “fazer política”. Mas, ainda nesse

item, destaca-se um corte social importante: a opinião de que os sindicatos são apenas espaços de luta política, e não espaços de defesa dos direitos de uma categoria, também aumenta proporcionalmente à renda (RICCI, 2013, p. 192). Seja como for, o que fica claro é que a consciência de classe dos trabalhadores subsiste em disputa no emaranhado contraditório da luta social e política.

Esquerda e crise estrutural: os limites do “reformismo fraco”

A experiência política dos governos federais do PT, que garantiram e ampliaram direitos, ainda que a um custo político alto em termos de conciliação, e a derrota imposta desde 2016 vêm provocando uma reflexão necessária e profunda sobre as estratégias e táticas da esquerda brasileira. As circunstâncias históricas colocaram desafios inéditos e estão a exigir um balanço da herança e da experiência realizada por esse partido. Balanço para agir e para organizar num novo patamar as lutas que se avizinham. Essa história recente oferece caminhos a serem retomados e outros a serem descartados. O peso da estrutura nacional política (Estado) e econômica (capitalismo periférico) limitou ou não o alcance do PT e da classe trabalhadora para avançar mais em suas reivindicações? Quem a não ser a classe trabalhadora pode oferecer perspectivas para reconstruir um projeto de nação e de aprofundamento democrático para esse país?

Há que se ter em mente que, ainda que procurando caminhar para o centro em sua política eleitoral, o PT permaneceu sendo objeto de muita desconfiança e preconceito por parte das elites empresariais e políticas do país. Depois da eleição de Lula da Silva, em 2002, o partido sofreria o seu primeiro grande revés em 2005, quando vieram à tona as denúncias de compra de apoio parlamentar no episódio conhecido como “Mensalão”⁴. As duas faces do PT, a que já nos referimos anteriormente, ficariam então explicitadas: de um lado, uma base de origem operária e de massas, que lhe garantiu um forte enraizamento nos movimentos populares e entre a juventude; de outro, uma cúpula, cada vez mais adaptativa e em consonância com o *modus operandi* da

⁴ Ver o livro de Paulo Moreira Leite (2013), no qual são relatadas contradições do julgamento político da Ação Penal 470, o chamado “Mensalão”.

política brasileira. A adaptação do partido às instituições e à política de conciliação, num certo sentido, desmoralizou-o diante de setores operários e de classe média, preparando o terreno para uma “solução” autoritária e moralista, descrente da política democrática e aberta à figura do *outsider*, tão bem expressa por Jair Bolsonaro. Essa contradição se refletiu também nos compromissos e alianças da cúpula dirigente com setores da burguesia brasileira em torno do mal chamado “neodesenvolvimentismo”, gerando choques frequentes com as expectativas e mobilizações de sua imensa base social de trabalhadores da cidade e do campo (KATZ, 2016, p. 157-184).

Ao contrário do que seria de se esperar de uma aventada “democracia consolidada”, exaltada por vários intelectuais ligados à cúpula petista, o Estado brasileiro se erigiu sob a base instável de uma economia capitalista frágil, parte de uma engrenagem maior na qual manteve o seu lugar subalterno. Exatamente por isso, sequer a ilusão democrática e neodesenvolvimentista teria condições de prosperar por muito tempo, porque implicava um certo grau de ação e autonomia das organizações de massas e dos próprios instrumentos de participação democrática da nação. Se houve permanente tensão e oposição no “campo progressista” e mesmo petista por conta dos compromissos aliancistas que limitavam permanentemente o alcance das reformas, por outro lado, também se tornava insuportável para essa parcela da burguesia brasileira manter concessões e certo grau de liberdade política que reduziam a taxa de exploração que o novo quadro mundial passava a exigir para reproduzir o processo de acumulação capitalista. As políticas de distribuição de renda e de ampliação de direitos sociais, ainda que estimulassem o mercado interno, retiravam também uma parcela de capitais passíveis de serem apropriados diretamente pela dinâmica financeira.

Seja como for, a cultura política do petismo alimentou – e ainda alimenta – profundas ilusões nas possibilidades emancipatórias e reformistas da participação em entidades e conselhos de Estado. No entanto, apenas em situações muito excepcionais, a participação em conselhos pode permitir uma ação efetivamente autônoma e independente com base em um mandato popular. Em geral, os conselhos de participação são sofisticados e atraentes instrumentos de cooptação e comprometimento das organizações sindicais e populares com as políticas de ajuste econômico e com o funcionamento regular do Estado. De certo modo, são

expressivos da perspectiva presente em setores da esquerda, pelo menos desde o antigo reformismo alemão, de “revolucionar por dentro das estruturas”. Contudo, sem um horizonte que permanentemente reafirme a luta anticapitalista, o que não significa ignorar a necessária flexibilidade tática, a esquerda, petista ou não, pode e frequentemente é capturada por políticas meramente reformistas e de completa rendição às instituições.

Em termos sociais, o bloco que ganhou as eleições e que governará o país nos próximos anos representa os interesses mais conservadores dos bancos, dos proprietários de empresas e terras, e dos grandes acionistas e comerciantes. Interesses que, por sua vez, não possuem projeto soberano de desenvolvimento econômico da nação brasileira. As proposições e análises de Singer (2015) e de Boito (2012) demonstram essa realidade, ainda que seus autores cheguem a conclusões diferentes. As instituições políticas existentes, moldadas em parte pela Constituição de 1988, refletiram um pacto de diferentes frações da burguesia de então e de setores vinculados à ditadura (como as forças armadas, parcela expressiva da classe política e do Poder Judiciário) com um movimento afirmativo da sociedade civil por direitos, de tal forma que, junto com inúmeras inovações, foram preservadas instituições e ranços autoritários. Porém, por força das mobilizações e organizações que nasceram das lutas contra o regime militar, foi necessário incorporar direitos democráticos e sociais por pressão das demandas da sociedade civil. Diga-se de passagem que o PT, ainda que sendo expressivo de movimentos sociais e de setores da classe trabalhadora que lutavam por direitos, não assinou a Constituição de 1988, por considerá-la acanhada como referencial de mudança. Todavia, esses direitos inscritos na Constituição jamais foram aceitos e reconhecidos plenamente como parte das instituições democráticas por grande parte da burguesia brasileira, que sempre conspirou contra eles.

Gerou-se assim uma situação paradoxal, já que qualquer perspectiva de reformas mais avançadas (um reformismo forte), que compactuasse com o conjunto da Constituição de 1988 e a defendesse, estaria de fato avalizando um arranjo que limitou a democracia, preservou entulhos autoritários e impediu o aprofundamento dos direitos sociais e econômicos para a maioria da população brasileira. Um “reformismo forte” não poderia, portanto, se identificar com a mera defesa das instituições saídas de 1988, mas exigiria um novo processo constituinte para permitir

de fato a democracia, varrendo as velhas estruturas autoritárias da ditadura e ampliando os direitos. Esse passo a direção do PT e os seus governos nacionais desde 2003 não ousaram dar, talvez por perceberem que a correlação de forças não fosse favorável a isso. Dessa forma, procuraram explorar cuidadosamente as brechas do aparato estatal e as prerrogativas abertas pela Constituição, sem afrontar de frente os interesses dos setores dominantes.

Na década de 1960 o pensador socialista brasileiro Mário Pedrosa (1966), escrevendo já depois do golpe militar-civil de 1964, retomou o debate sobre os espaços autônomos e independentes que o movimento operário poderia abrir dentro da institucionalidade burguesa. Tratava-se de uma velha polêmica das organizações dos trabalhadores, primeiro sobre a imperiosa necessidade de se organizar um partido político operário independente para articular politicamente a classe trabalhadora (Marx), partido para fazer a disputa em todos os domínios desde o Estado até e principalmente na luta de massas em sindicatos e movimentos, ainda que sob a direção de reformistas e reacionários (Lênin). A experiência da social-democracia alemã antes da Primeira Guerra fez surgir uma poderosa corrente que passou a defender abertamente a via das reformas graduais no interior do Estado como caminho ao socialismo (E. Bernstein, K. Kautsky) e que se transfigurou depois numa posição abertamente reformista, ainda que com forte enraizamento social no movimento operário. Em vertente completamente oposta, muitos grupos anarquistas, conselhistas ou autonomistas defenderam a ação direta e revolucionária de costas para as instituições de Estado e mesmo das grandes organizações operárias. As velhas polêmicas sempre renascem nos grandes momentos de crise políticas e fórmulas e caminhos já testados pela história são retomados. Necessariamente não estão errados, porque também a história e a conjuntura mudam constantemente. Quando Mário Pedrosa escreveu, em plena década de 1960, polemizava indiretamente com setores da esquerda que propunham engajar-se na luta armada no campo, se afastando dos núcleos de trabalhadores urbanos das cidades (PEDROSA, 1966).

Pedrosa, que anos depois assinaria a ficha nº 1 de filiação ao PT, argumentava justamente que a crescente urbanização e industrialização criaria o terreno para uma nova onda de lutas operárias com base em camadas novas do proletariado. A

reação à ditadura nasceria, de um modo ou de outro, mesmo que contrariando os sindicalistas pelegos e a esquerda armada. Muitos no PT viram e ainda enxergam de longe aquelas experiências reformistas – só possíveis antes em poucos países privilegiados pelo capitalismo colonialista e imperialista – como modelos válidos para a América Latina. Mas os espaços de manobras de um país de capitalismo submetido e atrasado são mínimos e conjunturais, e de certa forma impossíveis na atual situação de crise econômica mundial.

Voltando ainda à questão do Estado, antes de pensarmos nos limites econômicos do reformismo, correntes políticas neanarquistas ou conselhistas defenderam por muito tempo a via das “reformas revolucionárias” que visariam conquistar por dentro do Estado burguês espaços autônomos e institucionais de poder popular. Política que se desdobrou depois em iniciativas como conselhos de participação popular para compartilhar uma “democracia participativa”. Tornou-se depois uma forma criativa de comprometer as forças populares com orçamentos exíguos, que buscavam caminhos alternativos ao esgotamento do papel central do movimento operário como núcleo das ações anticapitalistas.

Essa nova “onda antissistema”, com seus novos sujeitos sociais, foi embalada por leituras pós-modernas herdeiras dos movimentos de contracultura da década de 1960. Para tais interpretações, seria um imperativo superar também as leituras economicistas e classistas consideradas tradicionais. Havia de fato uma reação saudável contra o burocratismo e o autoritarismo erigidos pelos regimes stalinistas no leste Europeu em nome do socialismo, mas ela teria sido capturada por um discurso apequenado da ação anticapitalista. Nessa nova teia política, esboçavam-se estratégias e táticas que requentavam sonhos reformistas, encantavam as novas gerações e levavam à rejeição da política dos partidos de classe ligados ao sindicalismo operário. O PT nasceu neste momento de disputas ideológicas e estratégicas, mas na periferia do capitalismo, tendo que se confrontar com a luta contra a ditadura e com a crise econômica da década de 1980. E, ao conseguir se viabilizar como organização política dos trabalhadores brasileiros, criou uma situação que, de certo modo, contrariava as formulações teóricas sobre o fim do trabalho e a irrelevância da classe operária.

Um bonapartismo tardio

Ao atacar o PT e sua liderança máxima com uma onda de golpes institucionais e judiciais, a coalizão conservadora criou as condições para que seus setores mais identificados com a defesa da legalidade democrática também acabassem sendo atingidos, abrindo espaço assim para que os ultraconservadores ganhassem um grande protagonismo. A luta política, com isso, tende a se tornar mais crua e direta, mais violenta e ilegal. Um novo regime político está em formação, ainda que não plenamente configurado; o arranjo que dera vida a Nova República cambaleia sob os escombros de sua própria crise. Não é exagerado dizer, inclusive, que setores da própria burguesia brasileira e seus representantes tradicionais no terreno político foram estraçalhados em seu próprio campo. As instituições do Estado estão todas frágeis, o Executivo, o Congresso, o Judiciário e os próprios partidos.

Afinal, a democracia e a república, assim como o sufrágio universal, poderiam ser uma ameaça para a burguesia se combinadas com plenos direitos políticos para a organização independente dos trabalhadores. A solução bonapartista se coloca quando se esgotam os mecanismos democráticos. Devemos lembrar que o PT ganhou quatro eleições nacionais e provavelmente poderia ganhar a quinta com Lula, o que inviabilizaria a política de ajuste econômico exigida pelos grandes capitalistas internacionais. O processo político criado para encurralar o PT e seus dirigentes já é bem conhecido e teve também um alto custo para as representações políticas tradicionais da burguesia e para as instituições saídas de 1988.

A democracia brasileira nunca se consolidou porque se sustenta sobre as bases de uma sociedade bastante desigual e dominada por uma burguesia sem projeto soberano de nação, frágil e a reboque dos capitais internacionais. A instabilidade da economia nacional, com o orçamento restringido por juros elevados que consomem cifras bilionárias, não deixa muita margem para concessões à maioria, senão pela radicalização política.

Neste terreno, as forças expressivas dos interesses dominantes se agarram a suas instituições centrais, buscando sobreviver à conjuntura de crise e às consequências das transformações estruturais. Bolsonaro representa um caminho que vê no núcleo repressor do Estado – as polícias, o Exército e setores

do Judiciário – uma possibilidade de garantir a ordem e um nível maior segurança. O atual governo não representa a burguesia brasileira em seu conjunto, mas não deixa de ser expressão de sua crise de hegemonia, o que pode ser notado pela crescente desmoralização de suas tradicionais representações políticas e de suas principais instituições, como a própria Constituição de 1988. Estamos diante de um terreno instável e oscilante que não permite projetar soluções convencionais. Será muito difícil uma acomodação democrática e uma volta a alguma normalidade nas próximas eleições em 2020, que não deverão ocorrer sem novos e mais profundos abalos.

A classe operária, se lograr se reagrupar na luta por suas reivindicações, reconquistando uma parcela do setor desgarrado da grande massa de trabalhadores e mesmo da pequena-burguesia urbana, que oscilou para a direita, para a antipolítica ou para novas representações à esquerda (PSOL, MTST), pode estabelecer uma contraofensiva em defesa dos direitos, da soberania nacional e da democracia. O eixo desta reconstrução talvez possa ser o PT, que demonstrou não estar esgotado e, mesmo atravessado por profundas contradições e por ilusões conciliadoras, ainda possui força política para atrair e reagrupar a cidadania e as organizações de massa em torno da luta contra o governo que se iniciará em 2019. A questão é saber se a mobilização social, por mais aguerrida que seja, mostrar-se-á suficiente para impedir que os preocupantes sinais dados pelo candidato eleito descambem para a reação truculenta contra a classe trabalhadora e suas organizações.

Em várias partes do mundo, a democracia parlamentar entrou em profunda crise. Com isso, abriu-se o espaço para a emergência de lideranças populistas e autocráticas, que tentam pelo controle do Executivo impor uma agenda simultaneamente neoliberal na economia e conservadora nos costumes. Através do uso das novas mídias, especialmente das redes sociais, esses governantes apostam na desvalorização da política, na desqualificação da imprensa tradicional e no uso de mecanismos aparentemente democráticos, como os “plebiscitos” ou a mobilização direta de forças dispersas, para se legitimarem no exercício do poder. Nesse sentido, o bonapartismo não representa uma “média coerção”, que antecipa necessariamente o fascismo, classificação típica e esquemática nascida em outro contexto histórico. Mas, talvez seja uma forma de governo que expresse a

crise mais profunda da ordem burguesa e de seus instrumentos tradicionais de luta política, como os partidos e a composição de uma maioria parlamentar, no contexto de emergência de uma nova fase da produção capitalista. Ao mesmo tempo reflete um momento de grande tensão política, no qual o movimento operário e popular ainda mantém muitas de suas organizações tradicionais em condições de resistir aos ataques contra os direitos. Ou seja, se “os de cima” não conseguem mais governar como no período anterior e nem provocar uma derrota avassaladora da classe operária e das organizações populares, isso não significa que, numa situação de impasse, não possam radicalizar ainda mais e justificar, em nome da defesa da ordem, a completa militarização do conflito, com o esgotamento da própria solução bonapartista.

É óbvio que, em virtude das grandes transformações tecnológicas e produtivas atuais, a burguesia não tem sido capaz de manter sua unidade como classe dirigente. O dia a dia da luta econômica expressa-se na ferrenha disputa entre capitalistas no país e, principalmente, fora dele. É justamente nessas situações, quando o bloco dominante e seus partidos estão em crise, que podem surgir regimes políticos que busquem se autonomizar das classes e governar, em nome de bandeiras supostamente amplas, acima das lutas políticas e sociais. O bonapartismo como regime político ou forma de organização específica dos aparatos de Estado pode se erguer justamente para superar a crise de representação da classe dominante e, em última instância, preservar os seus interesses mais gerais. Nessas circunstâncias, se busca atacar as formas tradicionais de representação democrática das classes, inclusive as da burguesia. Esse movimento pode se apoiar em setores inorgânicos de todas as classes sociais, nutrindo-se do ressentimento e do medo provocados pela crise econômica⁵. A base política de qualquer regime bonapartista será acionada diretamente pelo “líder”, sem intermediações políticas organizadas, o que parece ser o caminho buscado nesse momento pelo bolsonarismo difuso. O Exército e o Judiciário podem eventualmente ser mobilizados para defender um regime dessa natureza.

O governo de Lázaro Cárdenas, no México, representou um dos primeiros casos para se pensar os regimes bonapartistas na América Latina ao se caracterizar como um regime submetido às

⁵ O texto clássico do qual derivam essas reflexões é o *18 Brumário de Luís Bonaparte*, escrito por Karl Marx.

modificações existentes na correlação de forças entre as classes, alternando-se entre a proximidade com setores populares ou com o imperialismo. Esse exemplo histórico demonstra a instabilidade de regimes embasados em classes dominantes submissas e politicamente inábeis, em países marcados pela influência da dinâmica imperialista (TROTSKY, 2009).

Não obstante, a democracia se coloca como um permanente obstáculo ao capital financeiro, pois é ela quem permite a luta por direitos econômicos e sociais. Nessa lógica de financeirização, a crise econômica fez com que as estratégias em torno do fazer político tivessem que ser repensadas. Assim, com o objetivo de conter demandas populares, governos do tipo bonapartistas buscam recompor as condições para a reprodução capitalista. Porém, não é arbitrário pensar que o bonapartismo que ora se anuncia só se manterá no poder, ainda que com todas as concessões políticas, se for capaz de garantir os interesses do capital financeiro internacional. Diante desses parâmetros, uma solução abertamente fascista, por outro lado, não está descartada, mesmo que possa significar uma reação extrema para a imposição de uma nova ordem.

A retomada plena da democracia exige a superação das limitações vislumbradas no governo recentemente eleito e a construção de novas instituições democráticas, com espaço para que posições de destaque sejam ocupadas por partidos de base popular. As características do bonapartismo e a conjuntura nacional permitem a ação e a mobilização democrática, nacional e de oposição. Mas, de outra parte, não está descartada também a possibilidade de uma efetiva fascistização do processo social e político do país. Como isso se resolverá é algo que não está dado a priori, pois dependerá em larga medida da capacidade dos atores políticos se organizaram para bloquear o processo de desconstitucionalização e de retirada de direitos que o governo eleito já anuncia como eixo de seu mandato.

ANDRADE, E. de O. From 2016 coup to bonapartism. *Perspectivas*, São Paulo, v. 52, p. 69-88, jul./dez. 2018.

■ **ABSTRACT:** *With 2016's impeachment as a starting point, the article discusses perspectives and elements announced for the future government of Jair Bolsonaro, characterizing them with the concept of Bonapartism. It makes this discussion considering the ongoing*

transformations in the world economy in the context of structural crisis, as well as pointing out the limitations of “weak reformism” as a government policy. It also emphasize the importance of the resumption of full democracy, which requires overcoming Bonapartism and the fascist threat by building new democratic institutions and popular mobilization.

■ **KEYWORDS:** *Bonapartism. Coup. Brazil. Financial Capital. Democracy.*

Referências

ANDRADE, E. O.; CHAUVIN, J. P. *Lula liberto*. São Paulo: Terceira Via, 2018.

BOITO JÚNIOR, A. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JÚNIOR, A.; GALVÃO, A. (orgs.). *Política e classes sociais no Brasil nos anos 2000*. São Paulo: Alameda, 2012

CARDOSO JUNIOR, J. C. (org.). *A Constituição golpeada 1988-2018*. São Paulo: Perseu Abramo, 2018.

DAVIDSON, K; KRUGER, D. U.S. on a course to spend more on debt than defense. *The Wall Street Journal*, 11 nov. 2018. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/u-s-on-a-course-to-spend-more-on-debt-than-defense-1541937600>. Acesso em: 11 dez. 2018.

KATZ, C. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e socialismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

LEITE, P. M. *A outra história do mensalão*. São Paulo: Geração editorial, 2013.

MARX, K. *18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo editorial, 2015.

MONTORO, X. A. *Capitalismo y economía mundial*. Madrid: IME-ARCIS, 2014.

PEDROSA, M. *Opção brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1966.

RICCI, R. *Lulismo*. 2ª ed. Brasília: Contraponto, 2013.

SCHINCARIOL, V. E. *Economia e política econômica no governo Dilma (2011-2014)*, São Paulo: Raízes da América, 2017.

SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 102, p. 39-67, 2015.

TROTSKY, L. *Escritos latino-americanos*. São Paulo: Iskra, 2009.

VAROUFAKIS, Y. *O minotauro global*. São Paulo: Autonomia Literária/Perseu Abramo, 2016.